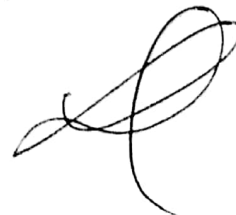


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA Nº 06/2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMH.

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, situada na Rua 1822, número 1510, neste município, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: José Antonio Margarida (suplente/FURBES); Valmor Alberto Dalago Neto (Titular/Secretaria da Fazenda); Natália Camila Cidral Mansolim (Titular/Procuradoria); Bárbara Gonçalves Fornerolli (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Airton Claudir da Rosa (Titular/Associação de Moradores do Jardim Denise); Anderson Beluzzo (Titular/OAB); Sheila do Socorro Mattar (Titular/IAB-Núcleo Litoral Norte); Renata Resende Meirelles (Titular/SASC) e Yuzi Anai Zanardo Rosenfeldt (Titular/UDESC). Contando com a participação de **outros representantes**: Saulo Pacheco Jr. (UDESC) e Augusto (UDESC). Pauta do dia: Aprovação do Regimento Interno. Presidente Renata dá início à reunião, sendo aprovadas e assinadas as duas atas anteriores. Após, fala a respeito da pauta do dia, e solicita que cada um se apresenta ao grande grupo. Após apresentações, Presidente Renata lembra que o Regimento Interno foi encaminhado a todos para leitura prévia e que tinham parado na parte que fala sobre o Funcionamento e Organização, na sessão do Funcionamento. Renata explica que foi apresentado como o CMH vai funcionar, a Plenária, a Mesa Diretora, Grupos de trabalho. No que diz respeito ao Secretariado Executivo, esclarece que será feito através da Casa dos Conselhos. Após, fala a respeito das reuniões extraordinárias conforme artigo doze, no qual consta que se reunirão extraordinariamente por convocação do Presidente ou a pedido de cinquenta por cento de seus membros com antecedência mínima de três dias úteis. É esclarecido que seus membros são os conselheiros, sendo considerado não haver necessidade de colocar este esclarecimento no Regimento Interno. Renata procede à leitura do parágrafo primeiro, no qual consta que, caso a reunião ordinária não tenha sido convocada pelo Presidente, qualquer conselheiro pode fazê-lo após quinze dias de expirado o prazo. E no segundo parágrafo, referente à convocação da reunião extraordinária, consta que, caso o Presidente se negue a fazê-lo, será feita após apresentação de comunicação ao Presidente do conselho, acompanhada de justificativa e assinada por cinquenta por cento dos conselheiros. No artigo três consta que as reuniões ordinárias serão informadas com antecedência mínima de sete dias, por e-mail, e que os membros deverão receber a ata da reunião anterior e a pauta da próxima reunião. Renata esclarece que foi acrescentado "por e-mail". Conselheiros falam a respeito dos outros meios de comunicação sendo sugerido por whatsapp e finalmente "pelo meio de comunicação vigente ou usual", sendo deliberado acrescentar: por e-mail ou outro meio de comunicação usual. Bárbara lembra a diferença entre maioria simples (maioria dos que estão presentes) e maioria absoluta (cinquenta por cento mais um, isto é oito pessoas), sendo deliberado colocar "as deliberações do CMH serão por quórum da maioria absoluta de membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade no caso de empate". É deliberado acrescentar um parágrafo único esclarecendo o significado de maioria absoluta e maioria simples. É acrescentado que as deliberações do conselho serão proclamadas pelo Presidente com base dos votos da maioria dos presentes e terão a forma de resolução...". Conselheiro Anderson fala a respeito do trecho onde diz que "é facultado a qualquer representante apresentar proposta para deliberação a qual será encaminhada por intermédio de votos, cada um contendo enunciado sucinto do objeto de pretensão histórico, justificativas ou razões do pleito..." e afirma que trata-se de uma imposição, e para flexibilizar sugere que seja colocado PODENDO conter enunciado e eliminar "cada um". Renata fala a respeito de uma sugestão dada pela Casa dos Conselhos, tanto à parte de procedimentos quanto à parte de pauta e data, coisa que os outros conselhos estão fazendo, e é importante constar no Regimento Interno. Na sequência procede



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

à leitura dos Procedimentos. Após, procede à leitura da Sessão III, da Pauta. É solicitada a substituição do termo justificativa por justificativa. Sessão IV, da Ata. Conselheiros consideram um pouco rígido o fato de colocar falta na saída de um conselheiro antes da finalização da reunião, mas acreditam que pode ser registrado em ata que se retirou em determinado momento. É deliberado colocar no Regimento que, em caso de se retirar antes de finalizar a reunião deverá constar em ata, (independente da justificativa). É discutido se a aprovação da ata será feita por e-mail ou se será feita mediante leitura e análise no momento da reunião. Renata explica que hoje quem faz todos os encaminhamentos é a Casa dos Conselhos. É deliberado que a pessoa que redigiu a ata deverá encaminhar aos conselheiros em até dois dias antes da reunião. Conselheira Bárbara sugere que conste no Regimento o tempo de duração das reuniões, sendo lembrado que foi deliberado o tempo de uma hora e meia "PODENDO SE ESTENDER POR DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA". É sugerido fazer um parágrafo único referente ao voto, especificando se é aberto ou fechado. Os conselheiros analisam os pontos positivos e negativos do voto aberto e fechado. É analisada a eleição da Mesa Diretora e o fórum de eleição das entidades da sociedade civil, sendo sugerido acrescentar "PODENDO realizar nova eleição dos cargos vacantes", conselheiros falam que estão sobrando duas vagas na Direção do Conselho pois só tem duas pessoas na Mesa Diretora hoje. Conselheiro Anderson esclarece que ao colocar "podendo" o conselho pode preencher essas vagas se quiser, não havendo obrigatoriedade para fazê-lo. Na eleição dos novos cargos da Diretoria é deliberado substituir "será realizado" por "poderá ser realizado". Todos concordam que a solicitação para substituição dos representantes de uma entidade será dada mediante ausência a três reuniões consecutivas ou quatro alternadas sem justificativa e que uma entidade não governamental poderá perder sua cadeira no conselho, assumindo a entidade suplente eleita em fórum. É sugerido que, no caso do conselheiro titular que não tem suplente, possa ser encaminhado outro representante suplente mediante ofício nos casos de impossibilidade de participação. No que diz respeito aos grupos de trabalho e à obrigatoriedade de apresentação do relatório físico com o devido parecer, Renata explica que agora estão exigindo que os grupos de trabalho apresentem o motivo da formação do grupo e quais foram os resultados obtidos. No que se refere à ata do Fórum é solicitado que conste qual a entidade titular e qual é a suplente. **Finalmente é colocado em deliberação da plenária, sendo APROVADO POR UNANIMIDADE O REGIMENTO INTERNO DO CMH.** Nada mais havendo a tratar, a presidente agradece e dá por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

